

APRECIACÕES ACERCA DA IDENTIDADE DO PEDAGOGO NA ATUALIDADE

CAVICCHIOLI, Gabriela Spagnuolo – UEL
gabi_uel@hotmail.com

ARAUJO, Francieli – UEL
franaraujouel@yahoo.com.br

Eixo Temático: Profissionalização Docente e Formação
Agência Financiadora: Não contou com financiamento

Resumo

Em contexto respaldado sob forte viés de economia de mercado capitalista e ideário neoliberal, o presente texto tem como proposta central problematizar a identidade do pedagogo na atualidade. Na tentativa de vislumbrar o delineamento do perfil desse profissional docente na sociedade contemporânea buscou-se, através de um exercício reflexivo, em primeiro momento, ponderar a respeito do atual contexto histórico na qual a educação encontra-se inserida. Posteriormente buscou-se o entendimento da relação desta com a formação profissional do pedagogo. Durante a pesquisa ficou evidenciado que as diretrizes educativas são em grande medida, influenciadas pelas políticas públicas dos organismos multilaterais. Nesse sentido, no que concerne a formação profissional do pedagogo, a LDB 9394/96 e as últimas Diretrizes – DCN/2006 - educacionais apontam para a necessidade de formação generalista, cuja finalidade maior centra-se em atender aos apelos sócio-econômicos e políticos ligados ao processo educativo. Essa lógica permite a compreensão de que a formação do pedagogo generalista busca se adequar aos pressupostos neoliberais e a reestruturação produtiva, pois, apresenta como intuito primordial a formação de profissionais versáteis, flexíveis e polivalentes. Com efeito, esse trabalho buscou analisar tal temática a partir de alguns referenciais teóricos, tais como: AGUIAR; BRZEZINSKI (2006); FREITAS (2002); LIBÂNEO (2006); entre outros. Assim, o trilhar metodológico da pesquisa pautou-se numa perspectiva qualitativa de estudo bibliográfico. À luz deste contexto, surge a possibilidade de reflexão a respeito da identidade do pedagogo no que tange a especificidade de seu trabalho, e sob este prisma é que inquiri-se em torno da discussão entre o pedagogo generalista e o especialista. Para tanto, buscou-se analisar de maneira tênue o currículo do curso de Pedagogia que está em vigor.

Palavras-chave: Identidade profissional do pedagogo; Pedagogia; Diretrizes.

Introdução

Pensar a questão da identidade do pedagogo requer uma análise do atual contexto histórico. Em razão disso, sabe-se que as transformações ocorridas constantemente na sociedade delineiam o perfil do profissional da educação, direta ou indiretamente, uma vez que a educação - objeto de estudo do pedagogo – tem seu percurso traçado de acordo com os

interesses de diversos segmentos da sociedade - econômico; político; social; cultural - o que vem a refletir no papel do pedagogo e conseqüentemente no curso de Pedagogia.

Nesse sentido, dar-se-á ênfase ao contexto educacional com o intuito de refletir a respeito da formação do pedagogo e da ressignificação de sua função na atualidade, investigando como está se dando a atuação nesta nova modalidade – pedagogo generalista - uma vez que a nova legislação referente à formação pedagógica atribui a um único profissional, duas funções, que até então diziam respeito ao supervisor escolar e ao orientador educacional.

Todavia, tem-se ciência de que não será tarefa fácil discorrer sobre este assunto, devido a sua amplitude e complexidade. No entanto, pode-se compreender o desafio que é analisar na atual conjuntura a identidade profissional do pedagogo, principalmente no que concerne a especificidade de seu trabalho.

O papel do pedagogo na atualidade: dilemas e perspectivas

Sabe-se que no Brasil, as políticas de formação de professores estão intrinsecamente atreladas às determinações e orientações dos órgãos internacionais. Nota-se principalmente que os países considerados do terceiro mundo, isto é, que estão em franco desenvolvimento, necessitam adequar-se aos pressupostos neoliberais de competitividade e principalmente de “reestruturação produtiva”. Dentro desta perspectiva, são criados e incentivados pelas políticas públicas, os Institutos Superiores de Educação (IES), que promovem uma formação em tempo mínimo e de baixo custo.

Segundo Freitas (2002), esta orientação tem estado presente desde a década 70 com o direcionamento oficial de atrelamento da educação à concepção tecnicista, que visa à adaptação dos indivíduos ao mercado de trabalho, no qual se materializa nas políticas públicas das décadas de 70 e 80.

Desde a década de 1990, têm-se enfatizado as investigações quanto à formação de professores, visto que essa é uma das temáticas mais analisadas na área de educação. Isso acontece, muitas vezes, devido às orientações da produção internacional, que avalia o exercício profissional do docente, seja em sua formação inicial ou continuada.

À luz destas reflexões é que se intenta a princípio, neste trabalho, analisar o currículo do curso de Pedagogia, que está em vigor. Este então foi reformulado pelas Diretrizes

Curriculares Nacionais nº. 1 de 15 de maio de 2006, regulamentando a atuação profissional do Pedagogo com exclusividade à docência, colocando as habilitações do curso em extinção.

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

- 1º§. Participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento do ensino;
- 2º§. Elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- 3º§. Zelar pela aprendizagem dos alunos;
- 4º§. Estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
- 5º§. Ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- 6º§. Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade. (LDB 9394/96; Art. -13; inciso I a VI).

Para Libâneo (2001), esta situação descaracteriza o profissional da educação enquanto cientista e pesquisador, pois, o pedagogo perde a capacidade de abranger e tratar dos múltiplos aspectos educacionais, já que se limita à docência, reiterando que “todo docente é um pedagogo, mas nem todo pedagogo precisa ser docente, simplesmente porque docência não é a mesma coisa que pedagogia” (p. 37). Não obstante, definir o que é Pedagogia torna-se necessário para a compreensão do profissional pedagogo. Portanto, assim Libâneo (2001) a descreve:

[...] a Pedagogia ocupa-se, de fato, dos processos educativos, métodos, maneiras de ensinar, mas antes disso ela tem um significado bem mais amplo, bem mais globalizante. Ela é um campo de conhecimentos sobre a problemática educativa na sua totalidade e historicidade e, ao mesmo tempo, uma diretriz orientadora da ação educativa. O *pedagógico* refere-se a finalidades da ação educativa, implicando objetivos sociopolíticos a partir dos quais se estabelecem formas organizativas e metodológicas da ação educativa. Nesse entendimento, o fenômeno educativo apresenta-se como expressão de interesses sociais em conflito na sociedade. É por isso que a Pedagogia expressa finalidades sociopolíticas, ou seja, uma direção explícita da ação educativa. [...] Pedagogia é, então, o campo do conhecimento que se ocupa do estudo sistemático da educação, isto é, do ato educativo, da prática educativa concreta que se realiza na sociedade como um dos ingredientes básicos de configuração da atividade humana (grifo do autor, p.22).

E ainda de acordo com Libâneo (2001):

Meu ponto de vista é que o curso de Pedagogia é o que forma o pedagogo stricto sensu, isto é, um profissional não diretamente docente que lida com os fatos, estruturas, processos, contextos, situações, referentes à prática educativa em suas variadas modalidades e manifestações. A caracterização do pedagogo stricto sensu torna-se necessária, uma vez que, lato sensu, todos os professores são pedagogos. Por isso mesmo importa formalizar uma distinção entre o trabalho pedagógico, implicando atuação em amplo leque de práticas educativas, e trabalho docente, forma peculiar que o trabalho pedagógico assume na escola (ibid).

Assim, caberia ao pedagogo especialista trabalhar com o fenômeno educativo multidimensional, ou seja, atuaria nas inúmeras modalidades da prática educativa. A este profissional caberia a estruturação, organização, orientação, coordenação e supervisão do currículo escolar.

Como se depreende, o trabalho docente é assim um trabalho pedagógico. Portanto, no que se refere à docência, esta pode ser qualificada atualmente pela interferência direta na realidade pedagógica (intencional e sistematizada), modificando o conhecimento social em conteúdo escolar, elegendo as melhores e as mais apropriadas metodologias. Nesta perspectiva, pode-se considerar que o docente deva participar das construções de formas de organização do espaço escolar para a democratização do saber, sendo capaz de lidar com as adversidades educacionais e com as diversidades presentes no contexto escolar, em suma, fica claro que seu trabalho não se limita à sala de aula.

Em linhas gerais, o educador deve compreender todo o processo pedagógico e sua forma de organização, colocando teoria e prática juntas (ação-reflexão), pois ambas constituem-se indissociáveis para o entendimento do profissional da educação.

Desse modo, partindo da análise da ação docente é que se faz imprescindível também ponderar a respeito da sua profissionalização, levando em consideração as condições históricas, culturais e políticas na qual a profissão é desempenhada e compreendida. Dessa forma, Libâneo (2000) salienta:

[...] discutir a profissionalização docente significa refletir sobre a afirmação do espaço educativo, buscando a identidade profissional dos docentes, dos especialistas e dos funcionários da educação, a fim de debater sobre a totalidade do ato educativo, sobre as relações que se estabelecem no interior da escola, na atual conjuntura educacional ante as aceleradas mudanças sociais, culturais, científico-tecnológica, políticas e econômicas do País (p. 276).

Pode-se perceber que a docência não tem mais um sentido restrito de ministrar aulas, mas também desempenha ações educativas a serem desenvolvidas no contexto escolar e não-escolar, logo, ganha uma dimensão mais ampla. Neste sentido, com a reforma educativa promovida pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, reforçou-se o caráter pragmático de educação ao propor medidas que mais uma vez vinculavam esta à formação para o trabalho e ocupação de cargos.

De acordo com Silva (2007), os cursos de pedagogia antes da LDBN 9.394/96, eram influenciados pelo modo de produção taylorista/fordista - divisão técnica do trabalho - o qual levou ao surgimento de diferentes currículos para a formação do pedagogo nos Institutos de Ensino Superior (IES). Assim sendo, formar-se-ia o professor para Séries Iniciais, Educação Infantil, Matérias Pedagógicas para o Magistério, como também o Administrador Escolar, o Supervisor Escolar e Orientador Educacional.

Silva (2007) também afirma que, depois da nova LDBN 9.394/96, diversificaram-se as possibilidades de formação docente, onde esta tem por objetivo atender a flexibilização da sociedade, bem como o novo perfil do trabalhador (versátil e comunicativo), atendendo a demanda do sistema produtivo.

Surge, neste contexto, a concepção do pedagogo generalista, extinguindo as habilitações por considerar-se um trabalho parcial, sem a compreensão do todo. Assim, o modo como as funções eram separadas visava - ao menos na teoria - a garantia mais efetiva da realização do trabalho, uma vez que o orientador voltaria seu olhar para as necessidades do aluno e da comunidade, e o supervisor trabalharia com esses dados trazidos pelo orientador, auxiliando o professor e elaborando um currículo contextualizado à realidade local.

Entretanto, sabe-se que o supervisor e o orientador com tarefas divididas muitas vezes acabavam por realizar atividades desarticuladas e descontextualizadas. Neste trabalho, procuramos discutir e refletir acerca da atuação do pedagogo e de seu futuro na educação, não pretendendo defender as habilitações, tampouco negar o profissional generalista.

Do ponto de vista da profissionalização docente e dos especialistas da educação, pode-se verificar, que o profissional da educação ainda busca construir uma identidade diante das atuais transformações sócio-econômicas do país, já que fica claro, que partindo das políticas educacionais não há uma preocupação efetiva a respeito, pois na LDB atual, não existe a garantia de avaliação dos profissionais docentes da educação e de seus especialistas (LIBÂNEO, 2000).

Sob este prisma, é que Libâneo (2006) e Garcia (1995), apóiam o profissional da educação especialista, uma vez que, consideram que estes poderão fortalecer a escola e os professores. Garcia (1995) em seu artigo “O papel do especialista na escola atual” discute a importância do especialista enquanto profissional que sabe sua real função no ambiente escolar brasileiro. Nesse sentido, a autora defende que existe uma especificidade na ação destes profissionais, a saber: orientador, supervisor e administrador escolar.

Defendo que existe uma especificidade na ação orientadora educacional, na ação supervisora e na ação administradora. Todos os profissionais da escola têm uma função pedagógica, já que atuam numa agência pedagógica. A empresa não brinca porque visa o lucro – o material e o dinheiro -, a escola também visa o lucro, mas um outro tipo de lucro – o lucro humano (GARCIA, 1995, p. 1).

De um modo geral, Garcia (1995) expõe que estes profissionais têm a função de desestabilizar e posteriormente apresentar subsídios ao professor, oportunizando com isso mais criticidade a atuação deste profissional em sala de aula.

Portanto, de acordo com Garcia (1995 p. 3), “se quisermos construir uma sociedade mais justa, igualitária, mais democrática, é preciso repensar a Administração, a Orientação e a Supervisão. Sobretudo, porque devemos repensar essas habilitações a partir da análise da conjuntura nacional e internacional”. Segundo a autora, “é preciso ter competência, desde a competência organizativa, até a competência argumentativa, da luta, para poder de fato se contrapor a esse rolo compressor que é o neoliberalismo” (p. 3). Para tal, a autora defende a idéia de que haja uma reformulação dos cursos de formação de professores visando uma melhor formação destes, pois, somente assim, a escola será capaz de “desmascarar esta sociedade e buscar a transformação do *status quo*” (GARCIA, 1995, p. 7), ou seja, a escola, ao invés de reproduzir a exclusão que permeia a sociedade será capaz de superá-la.

Nesta medida, tudo que acontece na escola é uma questão política, sendo assim, o papel principal dos profissionais da educação é assumir uma postura investigativa e discutir a educação, a escola e o projeto político pedagógico, compreendendo-os dentro do contexto sócio-cultural, o qual a escola está inserida.

Como afirma Libâneo (2006), o Curso de Pedagogia poderia oferecer três habilitações, a saber: bacharelado em pedagogia, licenciatura em educação infantil em anos iniciais do ensino fundamental. O autor ainda alega que se deveria regulamentar nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia a formação de pedagogos especialistas,

realizadas através de estudos teóricos da pedagogia, preparação para investigação científica e para o exercício profissional no sistema de ensino, nas escolas e em outras instituições educacionais, escolares e não-escolares.

Ademais este curso específico de Pedagogia e os cursos destinados à formação de professores para a educação básica, segundo Libâneo (2006) também devem ser oferecidos nas faculdades de educação, logo, ambos os cursos na mesma instituição, articulados entre si, porém com uma estrutura curricular distinta.

Nessa busca pelo entendimento das diretrizes do curso de Pedagogia e pela identidade profissional do pedagogo, é que se compreende que no atual contexto mundial as políticas educacionais estão voltadas ao mercado de trabalho sob a égide de um sistema capitalista pautado em um ideário neoliberal.

As políticas educacionais são frutos também de uma forte influência de organismos multilaterais - UNESCO, Banco Mundial, Cepal - que delineiam um modelo de formação de professores de maneira fragmentada, pois, se por um lado temos “a faculdade de educação” que é “responsável pelo curso de pedagogia e a formação pedagógica dos licenciados” de outro lado temos os “institutos de conteúdos específicos formadores de bacharéis e licenciados” (AGUIAR et al, 2006, p.820).

Em linhas gerais, as DCNs do curso de Pedagogia orientam que este deve propiciar ao profissional da educação o conhecimento da totalidade dos fenômenos educativos.

A educação do licenciado em pedagogia deve, pois, propiciar, por meio de investigação, reflexão crítica e experiência no planejamento, execução, avaliação de atividades educativas, a aplicação de contribuições de campos de conhecimentos, como o filosófico, o histórico, o antropológico, o ambiental-ecológico, o psicológico, o lingüístico, o sociológico, o político, o econômico, o cultural. O propósito dos estudos destes campos é nortear a observação, análise, execução e avaliação do ato docente e de suas repercussões ou não em aprendizagens, bem como orientar práticas de gestão de processos educativos escolares e não-escolares, além da organização, funcionamento e avaliação de sistemas e de estabelecimentos de ensino (Parecer CNE/CP n. 05/2005 apud AGUIAR et al, 2006, p. 831).

Desse modo, em consonância com a ANFOPE (Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação), as diretrizes do curso de Pedagogia norteiam a formação do pedagogo de maneira mais abrangente, vislumbrando a atuação pedagógica em instituições escolares ou não escolares. Sob este prisma, a ANFOPE afirma: que é necessária, “uma nova compreensão que situe a educação, a escola, a pedagogia, a docência e a licenciatura no

contexto mais amplo das práticas sociais construídas no processo de vida real dos homens, com o fim de demarcar o caráter sócio-histórico desses elementos” (BRASIL, 2006).

Se, de acordo com Garcia (1995), existe uma especificidade na ação de cada profissional - orientador, supervisor e administrador escolar - vale indagar se o pedagogo generalista consegue realizar todas as funções a ele designadas nas instituições escolares. Será que não se está sobrecarregando este profissional, prejudicando assim o trabalho pedagógico como um todo?

Põe-se em questão a garantia da qualidade educacional, contudo, torna-se delicado cobrar qualidade de um investimento financeiro que não retorna lucro material aos seus investidores. Será que em sua prática os pedagogos não permanecerão realizando o trabalho – supervisão escolar e orientação pedagógica – de maneira distinta ou o que seria pior, de forma confusa?

É importante ressaltar que, a partir da década de 90, a educação passou a ser vista com outros enfoques, considerando as ações desempenhadas pelo professorado como complexa, além do importante papel que exerce na construção de seus saberes.

Neste sentido, pode-se afirmar a existência de uma *epistemologia prática* (GRILLO, 2000 apud VAGULA, 2005), que consiste na importância da reflexão sobre a prática, além de uma auto-análise sobre os saberes iniciais do docente.

Assim, duas visões quanto à educação são ressaltadas. Primeiramente a visão tradicional, que visa o professor como transmissor do conhecimento, especializado em uma única disciplina - a de sua responsabilidade – traduzindo os conhecimentos de forma fragmentada, seguindo o paradigma cartesiano de Ciência, de forma repetitiva e pragmática, além de ter uma prática pouco valorizada. Já a visão atual considera o docente como mediador do conhecimento, produtor de saberes – que devem ser considerados e provenientes de sua experiência profissional. Desta forma, pode-se afirmar que, segundo TARDIF (2002) apud VAGULA (2005), o mesmo interage diretamente no processo de ensino-aprendizagem, uma vez que esse conjunto de saberes orienta sua prática. Todavia, não se pode esquecer que estes saberes são influenciados pela organização institucional, seja por meio de currículos, programas, regimentos, projetos, entre outras diretrizes, podendo levar ao afastamento da reflexão prática docente *versus* formação inicial e/ou continuada.

Deve-se estar atento com a relação teoria/prática, ou seja, a *práxis* pedagógica, que engloba a reflexão assídua dos saberes adquiridos e construídos, paralelamente à prática

desenvolvida na instituição escolar. Tal reflexão permite ao professor obter certa criticidade quanto suas ações, não se inserindo no sistema tradicional de reproduções e técnicas¹.

De acordo com TARDIF (2002) apud VAGULA (2005, p. 106), “após vinte anos de pesquisa, conclui-se que os saberes dos professores se baseiam em sua experiência na profissão e em suas próprias competências e habilidades individuais”.

Deste modo, sugere-se a transformação da escola em um espaço de desenvolvimento social, a fim de instigar o docente a ser produtor de múltiplos saberes ao invés de reprodutor de técnicas, visto que este está inserido em um contexto histórico-cultural e sua ação pessoal e profissional não é apenas de ordem individual.

Neste sentido, VAGULA (2005, p.108) afirma a importância de criarem-se oportunidades para que o professor atue de forma autônoma:

Se os saberes da prática dos professores precisam ser valorizados, é importante que se criem, por um lado, oportunidades para que atuem de forma autônoma, e, por outro, que desde sua formação inicial, enquanto profissional, possa lançar um novo olhar sobre a construção de seus saberes e das relações que estabelece com cada um, para que possa interligá-los.

Ressalta-se ainda que, em relação a isto, os professores, ao chegarem a uma determinada trajetória profissional, afirmam não estarem preparados para enfrentar as condições de trabalho, além de pensarem se escolheram corretamente sua profissão, tendo assim um *choque da realidade*.

Depara-se com duas formas de formação profissional: a técnica – centrada na transmissão e reprodução de conhecimentos – e a qual se refere ao professor como indivíduo crítico-reflexivo, que produz saberes múltiplos a partir da relação teoria e prática, permitindo-se repensar sua própria prática pedagógica e construir sua identidade.

Assim sendo, segundo VAGULA (2005, p. 112):

É dessa forma que entendemos que o professor, ao repensar o seu próprio fazer pedagógico, pode vir a (re) construir novos saberes que lhe possibilitem uma prática pedagógica baseada na autonomia e na mobilização. Pode-se concluir, então, que a formação do professor caracteriza-se como um processo contínuo, a qual não se reduz somente à formação inicial.

¹ Muitos professores são considerados reprodutores de técnicas e conhecimentos produzidos por outros, além de serem vistos como agentes sociais, submetidos ao assistencialismo e à caridade.

Desta forma, quando surgem situações inesperadas, o professor necessita formular respostas inéditas, tomando decisões. Partindo de uma formação tradicional, pragmática e reprodutora, tal profissional não terá subsídios para assim fazer.

Para tanto cabe ressaltar que se torna imperativo o pedagogo pesquisador, pois, ele não lida com pedagogias compensatórias - que tenta suprir através de técnicas a deficiência em uma determinada área - já que acredita ser necessário analisar o problema mais profundamente, passando da consciência ingênua à consciência crítica. Dessa maneira, segundo BRZEZINSKI (2007), “(...) a proposta curricular do curso de pedagogia é formar o pedagogo com caráter científico, acadêmico, político, técnico, didático-pedagógico”. Assim, o eixo orientador do curso de pedagogia é o trabalho pedagógico escolar e não escolar e não somente para a “ensinagem”. Pode-se compreender com isso, que a produção de conhecimento deve ser articulada entre ensino, pesquisa e extensão no curso de Pedagogia. A educação dessa forma é um processo contínuo e histórico, sendo construída pelo homem e para o homem.

Nesse sentido, a educação - sendo uma prática social, pois é transformadora - é vista, portanto, como primordial, frente ao nosso cenário contemporâneo. Concretiza-se com isso a necessidade do aprofundamento teórico e prático do Curso de Pedagogia realizado prioritariamente em nível superior. O curso de formação de professores trata do que é específico da educação, ou seja, a transmissão e assimilação do conhecimento historicamente construído. Logo, cabe ressaltar a importância de o pedagogo ter clareza quanto a sua formação, seja ela generalista ou específica – orientador educacional; supervisor escolar.

Considerações finais

Iniciar a finalização de um trabalho não é tarefa fácil, pois na medida em que a investigação vai caminhando, percebe-se a necessidade de adensar ainda mais as reflexões e análises. Portanto as últimas considerações pretendem enfatizar as discussões ofertadas ao longo do presente estudo.

Desta forma, à guisa de conclusão, observa-se que o caminho percorrido para a construção das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia sempre esteve permeado por contradições e embates ideológicos, que por sua vez dificultam situar a identidade do pedagogo na contemporaneidade.

Analisando a LDB 9394/96, nota-se que existe o desejo por um profissional educativo que se conduza pelos princípios norteadores das Agências Internacionais para a Educação do Século XXI: aprender a conhecer, unindo teoria e prática, aprender a fazer, aprender a conviver, aprender a ser.

Assim, os saberes necessários do educador são entendidos como os de preparar os alunos para o exercício da cidadania, para o trabalho em geral e para o desenvolvimento de habilidades e de competências. Pode-se afirmar que o pedagogo está perdendo sua especificidade, uma vez que o curso de Pedagogia forma o profissional generalista, o que se torna interessante numa perspectiva Neoliberal, que almeja formar profissionais polivalentes; multifuncionais, versáteis, ou seja, aptos a atender à demanda do sistema produtivo contemporâneo. Corrobora-se com esta afirmação o fato de que a pedagogia vigente possui funções sociais, determinadas pelo nosso atual momento histórico que exige do indivíduo inserido neste contexto, um olhar crítico frente às transformações que ocorrem de maneira repentina em todos os âmbitos da sociedade. Diante desse quadro sócio-educacional, é que se considera ser imperativo definir as especificidades do profissional docente, que deixa de ser somente um propagador de conhecimentos construídos socialmente para assim atender a nova demanda pedagógica, resultante das políticas públicas nacionais e internacionais que visam adequar a escola e seus agentes educativos aos padrões de mercado.

Tudo que acontece na escola é uma questão política, sendo assim, o papel principal dos profissionais da educação é assumir uma postura investigativa e discutir a educação, a escola e o projeto político pedagógico, compreendendo-os dentro do contexto sócio-cultural, o qual a escola está inserida.

Neste sentido, apesar dos percalços da formação de professores e a sua histórica determinação de condicionamento aos órgãos internacionais e ao setor econômico, continua-se a busca pela identidade destes profissionais, para que possam, além de realizar um trabalho de qualidade na escola, formando cidadãos críticos, reflexivos, aptos a atuar de maneira profícua na sociedade, sentirem-se valorizados e realizados em sua profissão.

Sabe-se que discutir a respeito da identidade do profissional da educação é fundamental, até mesmo para situar nosso atual contexto educacional.

Com efeito, estas são as algumas apreciações realizadas de maneira tênue, com relação à identidade profissional do pedagogo. Deste modo, diante do exposto, pode-se considerar que é preciso resgatar a identidade destes profissionais, para os mesmos possam realizar um

trabalho de qualidade na escola, formando cidadãos críticos, reflexivos, aptos a atuar de maneira profícua na sociedade.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Márcia Angela da S., BRZEZINSKI, Iria, FREITAS, Helena Costa L. et al.

Diretrizes curriculares do curso de pedagogia no Brasil: disputas de projetos no campo da formação do profissional da educação. *Educ. Soc.*, out. 2006, vol.27, no.96, p.819-842. ISSN 0101-7330.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação – Conselho Pleno. Resolução CNE/CP nº 01, de 15 de maio de 2006. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Pedagogia, licenciatura.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96.

BRZEZINSKI, Iria. Palestra realizada no Anfiteatro Maior do CCH, durante a IX Semana da Educação: **Políticas e Gestão da Educação:** dilemas e perspectivas- Uel, realizada em 31 de maio de 2007, Londrina –Paraná.

FREITAS, Helena Costa Lopes de. **Formação de professores no Brasil:** 10 anos de embate entre projetos de formação. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 23, n. 80, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302002008000009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 Junho 2008. doi: 10.1590/S0101-73302002008000009

GARCIA, Regina Leite. Síntese das anotações dos especialistas no encontro com a professora Regina L. Garcia. Palestra: **O papel do especialista na escola atual.** In: Evento: O papel do especialista na escola atual; Inst. Promotor-financiadora: Secretaria Municipal de Educação de Itajaí, 1995.

LIBÂNEO, José Carlos. **Diretrizes curriculares da pedagogia:** imprecisões teóricas e concepção estreita da formação profissional de educadores. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 27, n. 96, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302006000300011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 June 2008. doi: 10.1590/S0101-73302006000300011.

LIBÂNEO, José Carlos; Oliveira, D. A e Toschi, M. **Política Educacional.** São Paulo: Cortez. 2000.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos para quê?** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

VAGULA, Edilaine. **O professor, seus saberes e sua identidade.** IN: *Rev. Cient. Fac. Lour. Filho* - v.4, n.1, 2005.